

A

3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação reuniu mais de 2 mil cientistas, empresários e representantes de diversos

ministérios, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de novembro, e a principal conclusão foi que o Brasil precisa investir em seu potencial inovador, de acordo com informação divulgada pela assessoria de Comunicação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Essa recomendação, aliás, foi enfaticamente sublinhada por um cientista estrangeiro: o neozelandês Alan MacDiarmid, vencedor do Nobel de Química em 2000 pela descoberta e estudo de

polímeros condutivos. “O Brasil representa um grande caso de sucesso na produção e utilização dos combustíveis renováveis. Tem enorme potencial, está dois ou três anos à frente dos outros países e ainda desponta como um dos prin-

cipais fabricantes de veículos bicompostíveis”, afirmou o pesquisador. Ele advertiu, no entanto, que em pouco tempo o país perderá essa posição de liderança para os Estados Unidos e algumas nações européias se não buscar parcerias e dividir custos das pesquisas com outras nações.

Para MacDiarmid, a energia é um dos dez principais problemas que a humanidade terá de enfrentar nos próximos 50 anos e o Brasil é um país privilegiado nessa corrida contra o tempo. “Nós podemos projetar um futuro em que o bioálcool se transformará em uma *commoditie* internacional”, prevê. Bom seria se o Brasil tivesse a mesma visão de futuro que teve na década de 1970, quando criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). “Foi o único país que teve essa visão.”

A falta de investimento na inovação poderá comprometer não apenas a posição do Brasil no mercado mundial de energia, mas também a tecnologia nacional de agricultura tropical, considerada uma das melhores do mundo, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outros institutos públicos de pesquisa. O principal gargalo é a falta de recursos para a pesquisa, reconheceu o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O orçamento da Embrapa, ele exemplificou, corresponde a menos de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso sem falar na falta de infra-estrutura e logística, fatores

que, na sua opinião, levam à perda de competitividade do país.

A falta de investimento em pesquisa nas empresas também é obstáculo à inovação. O setor privado destina apenas 0,42% do PIB para pesquisa e desenvolvimento (P&D), ante uma média de 2% destinada à inovação nos países mais desenvolvidos. Outro indicador negativo é o baixo percentual de pesquisadores brasileiros em empresa que não passa de 23%. Para o presidente do Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rodrigo Loures, a falta de investimento do setor privado em P&D resulta do fato de não existir, na prática, “vontade política para fazer inovação”. “Precisamos ter uma meta definida para ampliar o número de empresas de inovação tecnológica das atuais 160 para 4 ou 5 mil em cinco anos.” Ele sugeriu um esforço conjunto para construir um ambiente econômico propício ao empreendedorismo, mas listou uma série de obstáculos para a inovação, entre eles a burocracia, a alta taxa de juros e a falta de recursos financeiros. “A inovação também tem que ser feita na gestão pública.”

Sustentabilidade - O lento avanço da inovação faz contraponto com o ritmo com que progride a produção científica nacional, que cresce a uma taxa de 8% ao ano e de forma equilibrada entre as diversas áreas do conhecimento, sublinhou Eduardo Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “Essa é uma taxa de crescimento notável”, comentou. Esse desempenho tem sido um dos fatores de atração de investimentos estrangeiros ao país. Krieger citou pesquisa recente publicada pela revista inglesa *The Economist*, com dirigentes de grandes empresas mundiais, que colocou o Brasil no sexto lugar na lista de intenção de investimentos, atrás da China, Estados Unidos, Índia, Reino Unido e Alemanha. “Esse é o momento em que o governo, a comunidade científica e as empresas privadas deveriam aproveitar para inserir o Brasil em um círculo virtuoso que consiga transferir o conhecimento ao setor produtivo, de modo a gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida da população”, concluiu.

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, ressaltou que as idéias inovadoras são um insumo importante para o desenvolvimento de um país. Mas a capacidade de “usar conhecimento” não deve estar diretamente atrelada à capacidade de “gerar conhecimento”. Para ele, o Brasil tem demonstrado forte capacidade de ge-

O biodiesel é nosso

Para ganhador de Nobel de Química, Brasil precisa de parceiros para manter liderança nos combustíveis renováveis

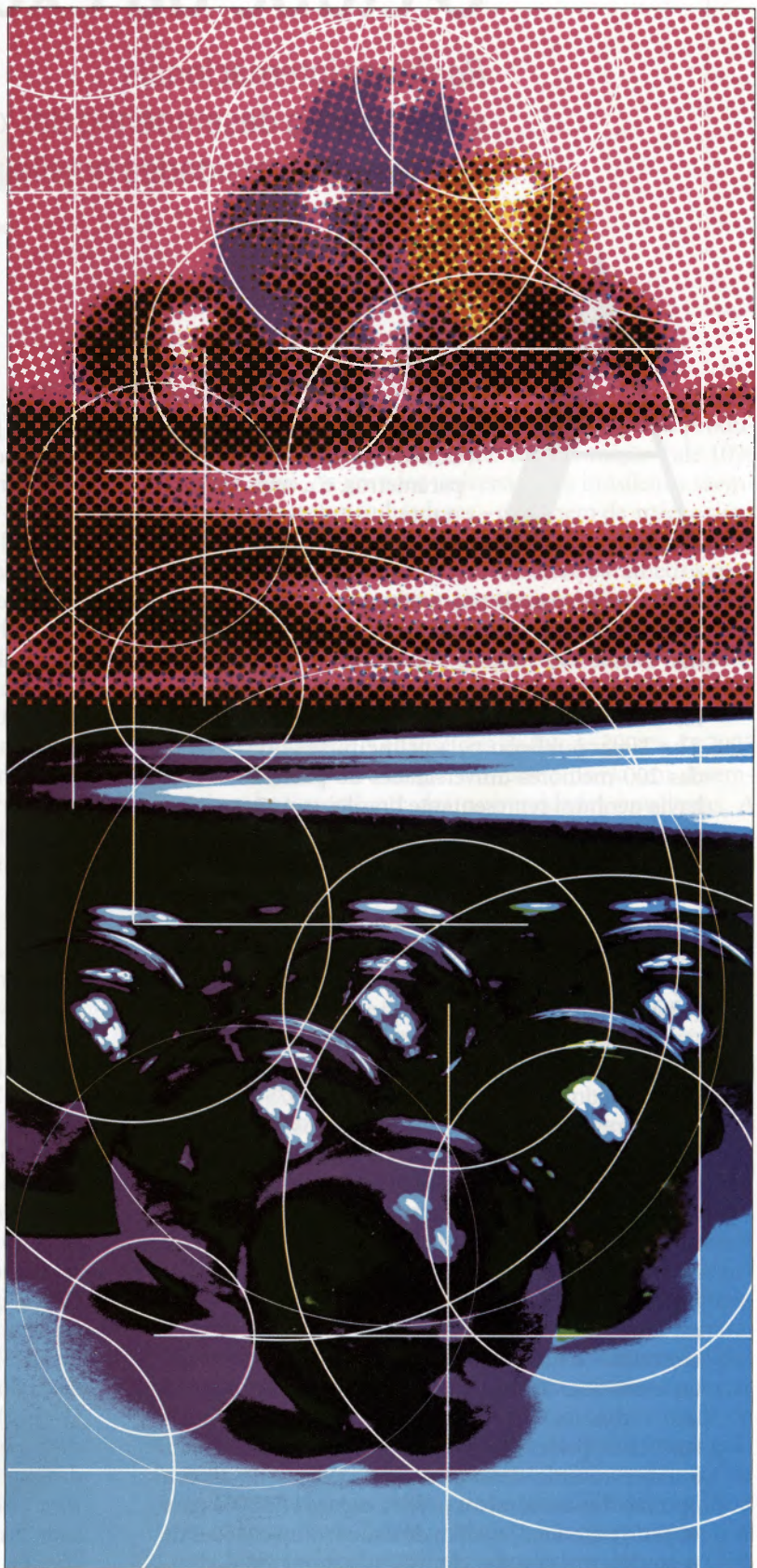
rar conhecimento no mundo acadêmico. “O que falta é a repetitividade da geração de riqueza com base no conhecimento nacional”, ressaltou. Isso faz com que a indústria brasileira ainda sinta dificuldades em criar tecnologias inovadoras que sejam suficientemente relevantes para se transformar em patente. “Em 2004 o Brasil depositou 106 patentes nos Estados Unidos, enquanto a Coreia ultrapassou 4 mil”, comparou. “O pesquisador brasileiro precisa entender que qualquer produto que tenha perspectiva de ser negociado deve, antes de tudo, ser patenteado”, enfatizou.

Além da disposição dos pesquisadores para proteger o conhecimento, o aumento no volume de depósito de patentes depende também de maior agilidade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), cuja reestruturação foi amplamente debatida na conferência. Roberto Jaguaribe, presidente do instituto, afirmou que um dos seus maiores desafios é resolver problemas operacionais e estimular o uso das informações patentárias, que atualmente não ultrapassam a média de quatro consultas diárias. “Esse número é irrisório”, observou. As questões do orçamento e do equipamento, ele garantiu, foram, em boa medida, solucionadas. E ponderou que as deficiências no processo de inovação brasileiro não são exclusivamente do INPI. “Propriedade intelectual é apenas parte da solução.”

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, era o mais otimista em relação ao avanço da inovação. Citou uma lista de conquistas, entre elas a Lei de Inovação, a criação das ações transversais e a ampliação do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe). “É fundamental que ocorra uma integração entre a política de ciência e tecnologia e a política industrial. E várias ações estratégicas foram feitas nesses últimos anos para que essa convergência ocorresse.”

O ministro aproveitou para garantir que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – formado com verbas dos fundos setoriais – terão, no máximo, 40% de contingenciamento no próximo ano, com perspectivas de chegar a 0% em 2009.

Todas as conclusões da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação serão reunidas em documento a ser apresentado ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e ao Congresso Nacional. “Queremos que a ciência, a tecnologia e a inovação passem a ser usadas como instrumento básico para o desenvolvimento sustentável”, afirmou Carlos Aragão, coordenador-geral da conferência. ●



HÉLIO DE ALMEIDA